

NATUREZA HUMANA E POLÍTICA: O PONTO DE VISTA CHOMSKIANO

Leonardo Borges Reis*

Resumo: No presente artigo temos por objetivo apresentar as relações existentes entre os tópicos de filosofia da linguagem e teoria social, encontrados na obra do lingüista e ativista político Noam Chomsky. Na primeira parte do artigo demonstramos sob quais condições teóricas tornam-se possíveis as relações entre linguagem e política. Na segunda parte do artigo, depois de estabelecido o contorno do conceito de natureza humana, através do chamado modelo sugestivo, inerente a capacidade cognitiva da criatividade lingüística, apontamos então, o conteúdo da teoria social engendrada por Chomsky.

Palavras-Chave: Filosofia da linguagem, Natureza Humana, Política.

Abstract: In the present article we have as objective presents the existent relations between the topics of human nature and politics, found in the work of the linguist and political activist Noam Chomsky. In the first part of the article we demonstrate under which theoretical conditions the relations become possible between language and politics. In the second part of the article, after established which the outline of the concept of human nature, through that model, inherent in the cognitive capacities of the linguistics creativity, we point the content of the social theory dreamed up by Chomsky.

Keywords: Philosophy of language, Human Nature, Politics.

Em geral podemos afirmar, com alguma precisão, que o conceito de natureza humana elaborado pelo lingüista Noam Chomsky emerge como um ponto forte para as teorias libertárias no século XX. Mas, ao falarmos em “teoria libertária”, no sentido anarquista do termo, corremos o sério risco de cercar um campo que, *a priori*, é definido exatamente em virtude de elaborações teóricas dissonantes. Noam Chomsky, consciente das divergências existentes nessa arena, propõe um modo de anarquismo¹, *sui generis*, principalmente no que diz respeito a uma teorização

* Mestrando em filosofia, Unesp de Marília, e-mail: leonardborges@bol.com.br.

¹ O anarquismo histórico e o teórico são expressões conceituais intermitentes, os historiadores indicam que o surgimento do anarquismo como movimento social se deu por volta da segunda metade do século XIX. No entanto

“associada” ao paradigma lingüístico. Projeto que é feito com grande cautela, pois afinal, não encontramos em Chomsky uma “lingüística anarquista” no sentido estrito do termo.

Para aqueles leitores atentos as obras políticas e lingüísticas de Chomsky, nota-se aí que não há vacuidade na presença crítica do discurso anarco-sindicalista. O esforço de conferir vigor ao anarquismo torna-se essencial para aqueles que desejam alguma evasão diante a configuração desastrosa da sociedade industrial avançada. Para entendermos coerentemente tal engajamento, antes de tudo, lembremos que esta “análise anarquista” não se pretende *científica*, ou seja, seus fundamentos podem muito bem se constituir sem o resguardo do horizonte rígido das ciências naturais. Para tanto, se há uma fundamentação política séria para o tema, esta deve se apoiar solidamente sobre algum conceito de natureza humana, do qual Chomsky extrai ressonâncias sob os auspícios do comportamento humano no campo da linguagem.

Na busca de justificação teórica para a natureza humana, que torne o conceito não trivial, o lingüista é levado a criar uma “teoria da acessibilidade”. Uma espécie de categoria *genérica*, capaz de indicar por contra exemplos, ou seja, negativamente, aquilo que não podemos esperar da natureza humana. Temos, assim, uma conceituação política estruturada através de inferências negativas, o que não indica, portanto, um “sistema” acabado. Surge-nos então uma pergunta: a não sistematicidade do conceito de natureza humana é decorrência de sua constituição enquanto tal ou apenas uma condição temporária da investigação em progresso? Chomsky, ao nosso ver, não poderia jamais arriscar um relativismo absoluto para a natureza humana, mesmo em sua articulação meramente “acessível”, o conceito de natureza humana possui algo de inegociável; seu ponto de partida é anti-histórico, pois, em seu conjunto, a epistemologia de Chomsky é de base *essencialista*, com mais precisão, temos neste um adepto incorrigível da *lingüística cartesiana* em todas as suas conseqüências, quer sejam elas funestas ou não.

Façamos um pequeno parêntesis aqui: a lingüística cartesiana reivindica uma descrição da competência tácita do locutor-ouvinte, subjacente ao seu efetivo exercício na produção e percepção (compreensão) da linguagem. Nesse sentido, “[...] um sistema de conhecimento e crenças resulta da ação recíproca de mecanismos inatos, processos de maturação geneticamente determinados e interação com o meio físico e social.” (CHOMSKY, 1972, p. 38). A centralidade

as idéias que fundamentaram as ações anarquistas partiram de diversas épocas, ou seja, o anarquismo como movimento social carrega em si a contribuição de uma miríade de autores (William Godwin, Proudhon, Max Stirner, Kropotkin, Bakunin etc.) Cf. WOODCOCK, George (2007).

do sujeito idealizado permite a Chomsky afirmar que a descoberta de invariantes e estruturas veicula uma *convicção humanista*. Para Bertrand Russell, por exemplo, a criança é como uma árvore jovem aos olhos do jardineiro:

Isto é, como algo com uma certa natureza intrínseca, que se desenvolverá adquirindo uma forma admirável, uma vez conferidos solo apropriado, ar e luz. [...] Acho bastante justo dizer que é a concepção humanística do homem que tem avançado e conseguido ganhar substância à medida que descobrimos os ricos sistemas de estruturas, invariantes e princípios subjacentes às realizações humanas mais ordinárias e humildes. (CHOMSKY, 2008, p.79).

Segundo Chomsky a expressão *lingüística cartesiana* caracteriza “[...] uma constelação de idéias e interesses que aparece na tradição da ‘gramática universal’ ou filosófica, desenvolvida a partir da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660), na lingüística geral que surgiu durante o período romântico e na época imediatamente posterior, e na filosofia racionalista do espírito que em parte forma o fundo comum das duas.” (CHOMSKY, 1972, p. 91). Portanto a tradição da lingüística cartesiana se desdobra na preocupação pelo ‘caráter da espécie’, que jaz no âmago desse pensamento e anima toda uma tradição intelectual. Deriva-se, em parte, desse mesmo caráter, a tendência e dever de pensar livremente. Conjuga-se a isso a necessidade da espécie humana de produzir livremente e criativamente, de realizar potencialidades, de revoltar-se contra a opressão e controlar as instituições da vida econômica, política e social: “A exigência de auto-realização é a necessidade básica do homem (distinta de suas necessidades puramente animais). Quem não reconhece isso deve justificadamente ser suspeito de não reconhecer a natureza humana tal como é, e desejar transformar os homens em máquinas” (CHOMSKY, 1972, p. 36).

Se pudermos captar tal ordem, presente na obra de Chomsky, certamente poderemos compreender com maior clareza as relações existentes entre linguagem e a política. Afinal a concepção de natureza humana anima o juízo político de Chomsky, e torna-se solidária a visão do lingüista. Voltando a fundamentação da natureza humana, Chomsky nos diz que poderíamos configurá-la como uma *teoria acessível* (inteligível). Como qualquer teoria sobre o conhecimento e suas restrições, essa investigação procede quanto a sua condição de possibilidade lógica. A busca pela acessibilidade relativa é a mesma adotada na hipótese da gramática universal:

Suponhamos que é possível responder a essa questão - em princípio, deve ser possível. Então, de posse das restrições, pode-se inquirir sobre os tipos de teoria a serem obtidas em princípio. Isso equivale à mesma coisa que fazemos quando perguntamos, no caso da linguagem: diante de uma teoria de gramática universal, quais são os tipos de linguagem possíveis? Vamos referir-nos à classe de teorias tornadas possíveis pelas restrições biológicas como as *teorias acessíveis*. Em outras palavras, a teoria da acessibilidade pode ser mais ou menos estruturada. (CHOMSKY, 2007a, p. 71, grifo nosso).

O crucial para qualquer teoria acessível é sua condição de verdade, se considerarmos a classe das teorias verdadeiras - Chomsky imagina que esse tipo de classe exista - esta se expressa em algumas notações das quais temos acesso. Podemos perguntar, dessa forma, qual é a interseção da classe de teorias acessíveis com a classe de teorias verdadeiras? Ou seja, quais teorias cabem ao mesmo tempo na classe de teorias acessíveis e na classe das teorias verdadeiras? Quando houver uma interseção de classes, o ser humano poderá obter conhecimento real. E, ao mesmo tempo, não pode obter conhecimento *real* além dessa interseção.

O fator enriquecedor da questão é que podemos isolar pela acessibilidade uma teoria ininteligível, ou uma teoria inacessível, apesar de não dominarmos seu conteúdo real, último. Ou seja, não é qualquer argumento sobre a natureza humana que se tornará inteligível ou acessível, não se trata, obviamente, de uma questão de vontade pessoal pura por parte do investigador. Mas, desse modo, que espécie de teoria seria inacessível? Se pudermos vislumbrar a existência de propriedades ricas, que envolvem a linguagem, propriedades inatas, então, certamente não deve ser aceita a idéia da mente como *tabula rasa*. Tal baliza é acessível e inteligível e, portanto, sugestionada pelo estudo das propriedades da linguagem humana. Dessa maneira, Chomsky afirma:

Essas hipóteses empiricistas, em minha opinião, não são muito plausíveis. Não parece ser possível prestar contas do desenvolvimento da compreensão de senso comum do mundo físico e social, da ciência em termos de processos de indução, generalização abstração e assim por diante. Não existe um caminho direto desse tipo, a partir dos dados fornecidos para teorias inteligíveis. (CHOMSKY, 2007a, p. 74).

Nesse sentido, certas hipóteses sobre a mente se tornam falhas logo de início, surgem empreendimentos inúteis, inacessíveis: “É a mesma coisa que tentar ensinar um macaco a gostar de Bach.”(CHOMSKY, 2007a, p.74). Finalmente, no mesmo caminho, podemos colocar em

consideração aspectos sociais, que poderiam ser explicados, também, por uma teoria inteligível:

Outro caso, análogo ao da linguagem, talvez, é nossa compreensão das estruturas sociais nas quais vivemos. Temos todos os tipos de conhecimento tácito e complexo no que se refere às nossas relações com outras pessoas. *Talvez tenhamos uma espécie de "gramática universal" de formas possíveis de interação social, [...]* Se temos sucesso em encontrar nosso lugar na sociedade na qual vivemos, é talvez porque essas sociedades têm estruturas que estamos preparados para seguir. Com um pouco de imaginação, podemos projetar uma sociedade artificial na qual ninguém encontraria seu lugar.. (CHOMSKY, 2007a, p. 75).

A verificação de teorias acessíveis pode nos trazer, portanto, um importante aspecto para reflexão, pode-se inferir uma sociedade na qual ninguém conseguiria sobreviver como ser social, uma sociedade que não corresponde às necessidades humanas (*human nature*). E por razões históricas, notamos que as sociedades existentes carregam essas propriedades de “clausura”, manifestadamente, através de diversas formas de opressão.

Pela mesma fórmula, a teoria social, como qualquer teoria do âmbito cognitivo humano, pode estruturar-se em observações *coerentes* (acessíveis). Tal teoria deve recorrer ao que não pode ser intuído, na procura de modelos de sociedades artificiais, a fim de inferir negativamente, o que é ou não passível de execução. Há, portanto, para Chomsky, um conjunto de observações sobre a natureza humana - observações correntes na análise da linguagem - que permitem o abandono do ceticismo absoluto, porém, vale lembrar que a *acessibilidade* da natureza humana, como vimos, não se trata, afinal, de um domínio da ciência técnica:

[...] a natureza humana ainda não está no âmbito da ciência. Até o momento, ela escapou do alcance da inquirição científica, mas acredito que em domínios específicos, como o estudo da linguagem, podemos começar a formular um conceito significativo da "natureza humana", em seus aspectos intelectuais e cognitivos. De qualquer maneira, não hesitaria em considerar a faculdade da linguagem como parte da natureza humana. (CHOMSKY, 2007a, p. 82).

O conceito de natureza humana, enquanto não passa pelo crivo da análise técnica rigorosa, torna-se “solto” e à espera de um enraizamento lingüístico (*seria preciso uma gramática gerativa para esses fatos...*, lembra Chomsky). Podemos notar, assim, que as soluções de Chomsky (na acessibilidade) partem sempre do realismo inicial, presente na lingüística. O recurso para a abordagem política é enviesado por essa ordem (valor de verdade e realidade), o que não quer

dizer que seja “determinada” pela mesma no sentido realista.

A análise “genérica” ou do “modelo sugestivo”, assume uma posição negativa acerca da natureza humana, e tal expressão teórica, por fim, articula-se pelo lócus realista. O conceito de natureza humana, nesse sentido, não pode jamais se tornar metafísico, como na lógica da substância cartesiana. Uma vez que o conceito de natureza humana toma questões lingüísticas como medida de arrazoamento. Espelha-se, por assim dizer, em considerações lingüísticas. Por essa razão Chomsky não admite dogmatismo em exposições tão abertas, pois elas não são propriamente científicas, entram na etapa de uma elaboração científica, lógica e acessível, mas de fato ainda não se trata de ciência. No pensamento chomskiano enfatiza-se, continuamente, a consciência dessa forma lógica como uma apresentação, presente, por exemplo, no conceito de natureza humana.

Acima de tudo pode-se afirmar, com efeito, que a acessibilidade é introduzida com o desígnio de atingir certa direção para a natureza humana e não outra. São justamente as considerações libertárias de Chomsky que guardam algum “espelhamento” na natureza humana, inferida através das propriedades da linguagem e da cognição humana. Dessa forma a solução empirista para a natureza humana é refutada conscientemente e, com alguma força. Por essa razão não temos aí simplesmente um conceito passageiro ou superficial, mas sim um subsídio fundamental pertencente ao arsenal filosófico de Chomsky. Um conceito não técnico e ‘inacabado’, diga-se de passagem, porém, não um conceito simplesmente trivial. A demonstração sugestiva alimenta-se desse constituinte imediato da natureza humana, encaminhado pela análise da linguagem.

Aprofundando a questão notamos que a “sugestão” fundamental do estudo da linguagem para a natureza humana indica, afinal, que a ação humana está vinculada à capacidade intrínseca de apreender e produzir a fala (faculdade de linguagem), entendida como uma atividade criadora, que não se restringe à mera reprodução mecânica do que é percebido pelo meio. Essa capacidade, própria da faculdade de linguagem, se dissemina sugestivamente noutros domínios:

[...] este conhecimento instintivo ou, se quiser, este esquematismo que permite derivar um sistema complexo e intrincado a partir de informações muito fragmentárias, é um constituinte fundamental da natureza humana. Nesse caso, acredito que se trata de um constituinte essencial por causa do papel que a linguagem desempenha não só na comunicação, mas também na expressão do

pensamento e na interação entre as pessoas; e suponho isso em outros domínios da inteligência humana, em outros domínios da cognição humana e do comportamento, alguma coisa do mesmo tipo deve ser verdade. Bem, essa coleção, essa massa de esquematismos, princípios de organização inatos, que orientam nosso comportamento social, intelectual e individual ao que me refiro ser o conceito de natureza humana. (CHOMSKY, 2006a, p. 05).

Chomsky defende, nesse trecho² e em diversos outros, que o conceito de natureza humana pode, de bom grado, ampliar-se numa suposição geral, compreendida através da observação do comportamento lingüístico e seus esquemas inatos. Em princípio, seríamos capazes de especificar a natureza desses esquemas na cognição humana, em termos de redes neurais, porém, obviamente, essa tarefa é um desafio reservado ao futuro da neurobiologia.

O argumento do esquematismo ou “conhecimento instintivo” citado (central para a natureza humana) não dispõe de demonstrações em termos de mecanismos físicos. Mas, para responder a essa dificuldade, de estruturação de conceitos referentes à TA (H,D)³, recorre-se a história da ciência. Para Chomsky, durante certos períodos, a ciência não pôde contar com esclarecimentos para os fenômenos que se explicavam em termos de “força eletromagnética”, ou seja, fenômenos que não se deixavam elucidar por termos mecânicos. Para que a física pudesse avançar foi imprescindível que adotasse em seu vocabulário “conceitos organizadores” para esses fenômenos. O mesmo procedimento está presente no estabelecimento de conceitos internalizados (tais como da TA (H, D)):

Penso, então, que isso nos coloca a tarefa de continuar e desenvolver esta, chamemos, teoria matemática da mente; refiro-me a uma teoria abstrata, articulada de maneira precisa, formulada com clareza e com conseqüências empíricas que nos permitam determinar se a teoria é correta ou não, ou se está bem encaminhada ou não e que, por sua vez, tenha as propriedades da ciência matemática, isto é, as propriedades de rigor e precisão, e uma estrutura que nos permita deduzir conclusões à base de suposições, etc. (CHOMSKY, 2006a, tradução nossa).

² O presente diálogo foi extraído de um encontro entre Chomsky e Michel Foucault, realizado na Holanda em Novembro de 1971, cuja transcrição apareceu recentemente (2006) numa publicação em língua inglesa intitulada *The Chomsky-Foucault debate on human nature*. Michel Foucault posicionou-se contrário a tal conceito de natureza humana, que a seu ver é legitimado somente pelo otimismo científico, que ascendeu a época de ouro da ciência. Chomsky acredita que sem tal pressuposto da natureza humana ficaríamos sem eixo para julgar o “círculo” criado pelas relações de poder apontadas por Foucault.

³ A denominação TA (H,D) refere-se a uma da Teoria da Aprendizagem Humana (H) em certo domínio do conhecimento, por exemplo, esse domínio(D) pode ser o da a linguagem.

Depois de estruturar uma teoria da aprendizagem humana (TA), que designa uma espécie de “esqueleto” das estruturas mentais, torna-se plausível o estabelecimento do conceito de natureza humana. Mas, resta-nos ainda detalhar o conteúdo “sugestivo” expresso por esse conceito. Isto é, como os “instintos e necessidades humanas fundamentais” podem ligar-se mais diretamente os trabalhos lingüísticos e políticos de Noam Chomsky?

Seu olhar político vincula-se, em grande medida, aos ideais da ilustração, sobretudo no que diz respeito a possibilidade da razão recorrer positivamente às propriedades da natureza humana, capazes de direcionar caminhos para resoluções de ordem política e moral. Tal busca da razão não se deixa mostrar facilmente, mas há, certamente, uma fundamentação que não se furta a um vínculo racionalmente justificado. Uma “sociedade decente”, diz Chomsky, deve satisfazer certas necessidades humanas fundamentais (*fundamental human need*), próprias da concepção racionalista da mente (CHOMSKY, 2004a, p. 364).

Da concepção de que aspectos da inteligência conservam certa independência em relação aos estímulos, temos indicações sobre as limitações das formas de poder adotadas nas sociedades humanas. A “sugestão” fundamental que nos lega o estudo da linguagem para a natureza humana, assim, está sob o emprego do *poder*: nossas ações estão vinculadas a capacidade intrínseca de entender e produzir a fala livremente (faculdade de linguagem), capacidade entendida como uma atividade criadora única ao homem, além do mais, demonstra-se aí que a aprendizagem não se restringe a mera reprodução mecânica do que é ensinado (CHOMSKY, 2006b).

Chomsky defende que a massa destes princípios intrínsecos deve incidir de alguma maneira sobre o comportamento social, intelectual e individual. O conceito de natureza humana pode, de bom grado, basear-se numa suposição geral, inferida na observação do comportamento lingüístico. A análise política e social do chamado “trabalho criativo ou criação livre”, como no trecho a seguir, depende desse exame genérico, postulado através do conceito de natureza humana, conceito este, alçado pela centralidade da linguagem na vida humana:

Se isso for correto, como creio, que um componente fundamental da natureza humana é a necessidade de trabalho criativo, da investigação criativa, de criação livre sem as limitações arbitrarias das instituições coercitivas, se desprende que uma sociedade decente deveria elevar ao máximo as possibilidades de realização desta característica humana fundamental. Isto significa tentar a superação dos elementos repressivos, opressivos, destrutivos e coercitivos que se encontram

em toda sociedade real – na nossa, por exemplo – como resíduo histórico. (CHOMSKY, 2006a, p. 38).

Em 1970 Chomsky publica o artigo *Linguagem e Liberdade*⁴, nesse texto esclarece que o estudo da Gramática Universal já havia fixado uma faculdade essencial da mente, logo, seria de extremo interesse saber como poderíamos construir a partir daí explicações bem fundamentadas para uma série de outros fenômenos. Esse “trampolim” para “outros problemas humanos” é “natural e apropriado, desde que guardemos em mente a advertência de Schelling “[...] de que homem não nasceu apenas para especular, mas também para agir.” (CHOMSKY, 2008b, p. 451).

O apelo de Chomsky em *Linguagem e Liberdade* é claro: existiria pouco proveito em apontar os mecanismos da criatividade e suas possibilidades, sem analisar a condição de liberdade ligada a realização desses mecanismos. Retomando a leitura de Rousseau, Descartes, Stuart Mill, entre outros, o artigo oferece um interessante histórico das idéias em torno da liberdade e da natureza humana, na sua versão cartesiana. Segundo essa publicação, Rousseau já teria estabelecido a origem e o progresso da desigualdade entre os homens através da dedução da natureza destes. Procedimento tal que provoca um vivo interesse de Chomsky.

Para Chomsky é a partir desse ponto que Rousseau fornece elementos para a crítica de “praticamente todas as instituições sociais”, entre elas, da propriedade. Dessa forma, as revoluções deveriam combater aquele poder ilegítimo por natureza. O que interessa precisamente é “o caminho seguido por Rousseau para chegar a essas conclusões, ‘apenas à luz da razão’, a começar por suas idéias sobre a natureza humana. Ele queria ver o homem ‘tal qual a natureza o criou’. Pois é da natureza humana que devem ser deduzidos os princípios do direito natural e os fundamentos da vida social.” (CHOMSKY, 2008a, p. 452).

Rousseau, segundo Chomsky, determina a natureza do homem através da inteligência e liberdade, pois se trata “do único animal dotado de razão”, o restante do mundo animal é destituído de luz e de liberdade: “Portanto, a essência da natureza humana é a liberdade do homem e sua consciência dessa liberdade.” (CHOMSKY, 2008a, p. 453). Jamais poderia existir uma tendência natural à servidão, e sendo a liberdade a mais nobre das faculdades do homem, pergunta Rousseau: “não equivale a degradar sua natureza, a ele se colocar no nível dos animais

⁴ CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Liberdade*. In: **Razões de Estado**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Record, 2008a.

escravos do instinto, e até ofender o autor de seu ser, renunciar sem reserva ao mais precioso de todos os seus dons [e] submeter-se a cometer todos os crimes que nos são proibidos por ele, para comprazer a um senhor feroz ou insensato” (ROUSSEAU, 1964, apud CHOMSKY, 2008a, p. 454).

A argumentação de Rousseau segundo Chomsky é “notável”, pois ele segue nesse ponto “o modelo cartesiano conhecido”. Modelo no qual o homem está além dos limites da “máquina engenhosa” que submete os animais. A linguagem, para Descartes, está fora da explicação mecânica, o seu uso normal é criativo e livre do controle por estímulos identificáveis, também é inédita e inovadora. Os pressupostos a cerca dos limites da explicação mecânica, e sua incapacidade de explicar a liberdade humana, também levaram Rousseau a elaborar críticas as instituições autoritárias. A combinação das especulações citadas poderia desenvolver uma interessante ligação entre a linguagem e a liberdade:

A linguagem, em suas propriedades essenciais e na forma de seu uso, fornece o critério básico para determinar que outro organismo é um ser dotado de uma mente humana e da capacidade humana de liberdade de pensamento e expressão, e que tem a necessidade humana essencial de estar livre das restrições externas da autoridade repressora. (CHOMSKY, 2008a, p. 456).

Apesar das comparações entre Rousseau e Descartes, Chomsky não deixa de comentar as diferenças existentes entre os pensamentos, lembrando que a “faculdade de se aperfeiçoar” - que para Rousseau também é característica da espécie humana - não é discutida, ao que parece, por Descartes. No entanto, mesmo com as diferenças, Chomsky crê que as observações de Rousseau podem “ser interpretadas como um desdobramento da tradição cartesiana numa direção inexplorada, e não como uma negação e rejeição dela.” (CHOMSKY, 2008a, p. 456).

A “direção inexplorada” surge com o argumento de que os atributos restritivos da mente podem ser a base da natureza humana, evoluindo dentro dos limites estipulados pelas restrições, pois os atributos mentais oferecem exatamente a possibilidade de auto-aperfeiçoamento. Ou melhor, se de tais atributos emerge a consciência de liberdade, então eles dão ao homem a “oportunidade de criar condições sociais e formas sociais que maximizem as possibilidades de liberdade, diversidade e auto-realização pessoal.” (CHOMSKY, 2008a, p. 457).

Sobre tal capacidade de auto-aperfeiçoamento, a partir de uma natureza dada, Chomsky propõe uma analogia com a aritmética: os inteiros não deixam de ser um conjunto infinito

meramente por não esgotarem os números racionais, assim, o auto-aperfeiçoamento infinito, em princípio, não nega aquelas propriedades mentais intrínsecas que regulam o desenvolvimento do homem.

Sua perspectiva para o conhecimento humano aponta, destarte, que a manifestação de regras não esgota a realização infinita destas. A criatividade, como vimos, surge pressuposta num sistema de regras e formas determinadas, em parte, por capacidades humanas intrínsecas, e sem tais imposições, o nosso comportamento seria arbitrário e casual e nunca seríamos capazes de atos criadores. Contudo, as regras não são o limite da criatividade. (CHOMSKY, 1975a).

Se a analogia para o funcionamento do “sistema de regras” é de ordem matemática e uma série finita pode gerar infinitas realizações nos números reais, neste sentido aparece uma interessante possibilidade para o desenvolvimento (florescimento) da capacidade cognitiva: o seu livre desenvolvimento suscita o *florescimento* de potencialidades. A criação livre reflete-se como possibilidade infinita, realizável sobre uma auto-organização descentralizada e democrática do poder, da economia, e das instituições humanas em geral:

Suponhamos que deixam de existir as condições sociais e materiais que impedem o livre desenvolvimento intelectual, pelo menos para um determinado número substancial de pessoas. Assim, a ciência, a matemática e a arte floresceriam fazendo pressão sobre os limites da capacidade cognitiva. (CHOMSKY, 1975a, p. 137).

Ao mesmo tempo Chomsky adverte, como já vimos, que não há nesse campo fundamentação científica rígida, que exponha, por exemplo, a natureza humana *em si* através de uma regra formal. Temos aí, portanto, uma categoria peculiar, extraída da análise geral da linguagem, como um produto do conhecimento. Esse procedimento de justificação indireta da natureza humana, tocado pela teoria da acessibilidade, é também chamado de *análise negativa*. Através desse procedimento poderíamos estipular elementos para a “política e os programas sociais”:

[...] o estudo das propriedades formais da linguagem revela algo da natureza do homem de uma *maneira negativa*: sublinha, com grande clareza, os limites de nossa compreensão daquelas qualidades da mente que são, ao que parece, exclusivas do homem e que devem imprimir seu selo em suas realizações culturais de uma maneira íntima, [mas] completamente obscura. (CHOMSKY, 2008a, p. 556, grifo nosso).

Segundo Carlos-Peregrín Otero, se para Chomsky não temos uma teoria social científica comparável à gramática gerativa, obviamente, como vimos, não quer dizer que não tenhamos nada. Se algo pode ser feito *negativamente*, podemos provar, ao menos, que um conjunto de princípios determinados torna-se insustentável, isso “não justifica diretamente uma filosofia social, porém a apóia indiretamente, eliminando algumas das alternativas propostas.” (OTERO, 1984, p. 195). Ou seja, não temos o desvelamento filosófico de incompatibilidade entre dois princípios de um sistema, porém, temos a demonstração da plausibilidade de certas teorias.⁵

A refutação do conceito de natureza humana, behaviorista, por exemplo, é pautada por essa análise da impossibilidade (ou inacessibilidade). Não há necessidade de construir um conceito de natureza humana científico para então refutar outros modelos (apesar desse projeto ser altamente desejável). Não se trata aqui da contraposição de um sistema a outro. A doutrina de um “organismo vazio” ou de uma natureza humana “plástica” pode ser descartada peremptoriamente devido a sua “inabilidade fundamental”. Da mesma forma, as especulações sobre os limites da capacidade cognitiva ganham espaço por sua demonstrada razoabilidade.

Ao ver de Chomsky, com o uso da tese radical de *tabula rasa* para o espírito humano, advém o risco de justificação de formas coercitivas de poder. Tanto os Estados Democráticos Capitalistas, quanto os chamados “socialistas” interferem na esfera crucial da natureza humana (ação e criação livres) quando adotam a doutrina do “organismo vazio” como suporte para o uso do poder:

O princípio de que a natureza humana, nos seus aspectos psicológicos, não é mais do que um produto da história e de determinadas relações sociais retira todas as barreiras à imposição e manipulação por parte dos poderosos. Também este fato pode - a meu ver - bastar para a adesão dos ideologistas intelectuais qualquer que seja a sua convicção política. Já pus à discussão a semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento científico laico da natureza dos homens e das coisas. (CHOMSKY, 1975a, p. 145).

⁵ Um caso clássico dessa refutação “negativa” está no polêmico artigo contra Skinner. Cf. Noam Chomsky. **A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior** in *Language*, 35, No. 1 (1959), 26-58.

Se a capacidade cognitiva imprime um *selo* sobre as realizações humanas, nas suas várias formas de expressão intelectual, indica-nos, também, os *limites do uso do poder*. Propõe-se, então, que os espíritos criadores se aproximem dos limites dessa capacidade aperfeiçoando-a na medida que se diminui a esfera de influência do poder autoritário. A capacidade cognitiva em questão, referente à natureza humana, é genericamente comparável a linguagem. Há necessidade de um ambiente rico e aberto o amplo desenvolvimento, mas, em último caso, o sujeito preserva as potencialidades se estas não forem “despertadas” pelo mundo. Se o entorno não é favorável ao desenvolvimento das capacidades cognitivas haverá uma situação basicamente inibidora. O conceito de *Bildung*, segundo Carlos P. Otero, pode esclarecer a função libertadora dessa filosofia:

As duas condições fundamentais desse libertarismo são a maximização do desenvolvimento do indivíduo e a diversificação das situações. Básico nesta filosofia é o conceito de *Bildung*, que tem sido interpretado como «o desenvolvimento mais completo, mais rico e mais harmonioso de todas as potencialidades do indivíduo, da comunidade, ou do gênero humano». Isto leva naturalmente a mais variada «diversidade», outro conceito chave de sua filosofia. (OTERO, 1984, p. 162).

Com base nas restrições que aviltam nosso caráter, o diagnóstico político de Chomsky tem assinalado a existência de uma “crise de modernismo” em nossas sociedades. Tal crise é marcada pelo declínio acentuado do acesso aos produtos dos espíritos criadores, surtindo na imprecisão da distinção entre “arte e quebra-cabeças”, junto ao exacerbado “profissionalismo” da vida intelectual, tanto naqueles que produzem trabalho criador⁶, quanto no público em geral. Dessa forma:

Seria de esperar que, nesta fase da evolução cultural o desrespeito pelas convenções baseadas fundamentalmente na capacidade cognitiva humana se transformasse virtualmente numa forma de arte. Pode ser que algo deste gênero tenha vindo a acontecer na história dos últimos tempos. Mesmo que estejam corretas, estas considerações não levariam a negar que existe certamente um vasto potencial criador até agora por explorar, nem a ignorar o fato de, para a

⁶ Cabe dizer que a “maior liberdade” neste caso não consiste na abertura dos mercados para o Capital, a natureza humana para Chomsky não é caracterizada como utilitarista ou egoísta em essência, para Otero, por exemplo, sob esse aspecto Chomsky está mais próximo de Humboldt: “la propensión más definitoria del ser humano (que para Smith es por naturaleza egoísta y tiene una aversión innata al trabajo), es de carácter comercial y utilitario (el afán de lucro), idea que tiene no poco de absurda. Por el contrario, para Humboldt la propensión humana más definitoria es de carácter eminentemente creativo, a saber, la autorrealización personal.” (OTERO, 1984, p. 161).

maioria da raça humana, a privação material e as estruturas sociais opressivas tornam estes problemas acadêmicos, para não dizer obscenos. (CHOMSKY, 1975a, p.137).

A *comparação genérica* que Chomsky admite na relação entre os domínios cognitivos e a esfera de ação humana leva-o, assim, a uma interessante análise da produção intelectual moderna. A presença de condições materiais e sociais necessárias a “pressão” sobre os limites da capacidade cognitiva poderia desenvolver o trabalho criador, a arte e outros produtos do espírito. Há, contudo, a presença de um vasto potencial a espera de um desenvolvimento pleno, junto a isso, existem as barreiras de estruturas sociais que inibem seu acesso. O sentido das transformações necessárias indica, afinal, o imperativo da livre escolha dos sujeitos:

[...] toda cultura moral brota única e imediatamente da vida interior da alma e só pode ser estimulada a partir da natureza humana, e nunca produzida por maquinações externas e artificiais... O que quer que não brote da livre escolha do homem, ou que seja apenas o resultado de instrução e orientação, não penetra em seu ser mais profundo, mas ainda permanece estranho à sua verdadeira natureza. Nesse caso, o homem não atua movido com energias verdadeiramente humanas, mas apenas com exatidão mecânica. (CHOMSKY, 2008b, p. 83).

O estabelecimento de um “potencial criativo” e a justaposição de limites para seu desenvolvimento, como vemos, estipulam um núcleo ético para a ação almejada pelos homens, e, ao mesmo tempo, estrutura-se um campo para o julgamento político das instituições sociais, que não cumprindo com o que lhes é potencialmente ético, tornam-se entraves diretos ao desenvolvimento livre do potencial criativo:

[...] os animais apenas produzem pela imposição de necessidades físicas diretas, enquanto que homem produz quando livre de necessidades físicas e só produz verdadeiramente quando completamente alheio a tal necessidade. De acordo com este critério, a história humana mal começou para a maioria da humanidade. (CHOMSKY, 2008b, p. 138).

Nas divergências entre a doutrina empirista e racionalista, além dos aspectos conceituais, persiste um contexto ideológico e social. Chomsky acentua que o empirismo de Locke, por exemplo, caracterizou-se pelo posicionamento crítico nos debates morais e religiosos do século XVII. O empirismo, então, esteve associado ao combate do obscurantismo religioso, opondo-se àquela doutrina pessimista, segundo a qual os seres humanos estão escravizados por uma

natureza inalterável, que os condena a servidão intelectual, privação material e ao aceite de instituições eternamente consolidadas. Frente a isso, o empirismo pôde, assim, ser entendido como uma doutrina de progresso e esclarecimento. Por outro lado, a adesão ao empirismo também esteve ligada ao sistema colonial. No cartesianismo, porém:

O anti-abstracionismo e o anti-empirismo da filosofia cartesiana estão ligados à preocupação com a liberdade humana. Mais genericamente, o modelo racionalista de homem é concebido para defender um espírito ativo e criador que não é pressionado nem do exterior, para o interior, nem considerado adaptável... O pensamento cartesiano constitui um vigoroso esforço para afirmar a dignidade da pessoa humana... [em contraste] a concepção empirista de tábua rasa da aprendizagem é um modelo manipulador... (BRACKEN 1974, p.16 apud CHOMSKY, 1975a, p. 128).

A observação de Bracken parece exata ao ver de Chomsky, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do histórico. Graças a análise negativa é possível recusar certos caminhos da política. Se afirmarmos que o organismo humano é plástico e não-estruturado se admitirá, por consequência, certa direção natural para o poder:

A doutrina empirista pode ser facilmente moldada numa ideologia do partido de vanguarda que reclama para si autoridade de conduzir as massas a uma sociedade que será governada por uma 'burocracia vermelha' contra a qual Bakunin nos preveniu. E será assim facilitada a tarefa dos tecnocratas liberais ou diretores coletivos que monopolizam 'O vital tomar de decisões' em instituições duma democracia capitalista de estado, espancando as pessoas com o seu próprio pau, no dizer enérgico de Bakunin. (CHOMSKY, 1975a, p. 145).

A doutrina empirista da natureza humana - entendida como uma folha em branco - é falsa por não possuir fundamentação empírica e, em segundo lugar, pode ainda servir ao papel ideológico de manutenção do poder centralizado perante as decisões de ordem pública, o que vale tanto para a vanguarda socialista, quanto para as tecnocracias liberais. O homem sem direções definidas (necessidades humanas fundamentais) torna-se um objeto a ser moldado pelo direcionamento político do mais forte.

A posição de que o organismo humano é plástico e adaptável, levanta um precedente para diferentes convicções políticas interessadas numa determinada forma de 'justificação de atos' políticos. Dessa maneira, a crítica da natureza humana e a própria resolução desse debate torna-se crucial a espécie. Mesmo que a nossa visão da natureza humana seja precária, que os indícios

sejam genéricos, estamos em condições de negar a tese do homem como um ser plástico, maleável.

Na utilização das prerrogativas do homem plástico, encontra-se, de fato, o argumento necessário à justificação de uma lógica perversa do poder. É o poder, assim, um dos esforços interpretativos centrais da reflexão sobre a natureza humana (“é necessário entender cabalmente a natureza do poder...” CHOMSKY, 2006a). O emprego do poder deve ter por finalidade a justiça segundo as necessidades humanas fundamentais. Há como dever essencial a apresentação de argumentos racionais no emprego do poder. Dessa forma, as instituições da revolução social devem ter por finalidade a justiça, que tem por desígnio máximo a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Afinal de contas, não se trata de colocar sobre o poder centralizado o manto retórico da Ditadura do Proletariado. Tal retórica não entende, ou finge não entender, a natureza cabal do poder. (CHOMSKY, 2006a).

Como vemos, o exercício do poder obtém a salvaguarda da justiça⁷ se for exercitado racionalmente, nas circunstâncias de respeito ao que se entende pelo caráter da espécie. A análise do exercício do poder (se é justo ou não) é inferida na realização do caráter da espécie. Dessa maneira Chomsky chega à crítica da vanguarda leninista e ao mesmo tempo da tecnocracia capitalista, incapazes de justificar o uso do poder pelos meios esboçados:

Já pus a discussão à semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento científico único da natureza dos homens e das coisas. (CHOMSKY, 2008b, p. 145).

As instituições que reclamam o exercício do poder devem amparar-se no princípio de justiça, baseado na natureza humana. O exercício do poder, quando não repousa sobre a luz da natureza humana é injusto, portanto, passível de ser (re)colocado em questão.⁸ Temos aí,

⁷ Chomsky gradua a questão da “sociedade ideal” da seguinte forma, há uma legalidade parcial que pode ser apoiada provisoriamente na medida em que a política se aproxima da natureza humana, e há a justiça ideal, que se aponta como uma “sociedade ideal em nossas mentes”. Para Chomsky estamos em condições de imaginar e avançar rumo a tal sociedade com um sistema de justiça altruísta. Cf. CHOMSKY, 2006.

⁸ Não basta, porém, que um grupo político encarne o uso justificado do poder, nesse ponto reside a natureza libertária/anarquista da filosofia de Chomsky, como vimos, a centralização do poder na figura de organismos de mando/obediência não atende à realização criadora dos espíritos: “A visão de uma futura ordem social, por sua vez, baseia-se num conceito de natureza humana. Se de fato o homem é um ser infinitamente maleável, completamente

portanto, a estruturação de uma teoria da libertação social. O conceito de natureza humana deve fundamentar e guiar esse processo teórico. Chomsky separa como tarefas desse processo, de libertação, as ‘prioridades radicais’ e das ‘futuras’, ou de ‘longo prazo’. As prioridades radicais impõem-se como aquelas que pedem ações urgentes, reformadoras e de progresso temporário, das quais não devemos nos furtar. A oposição à guerra do Vietnã foi um exemplo de prioridade radical que compunha o inventário das “responsabilidades do intelectual americano” em certo momento histórico. Já as tarefas de longo prazo são aquelas compreendidas pela busca da derrocada total da lógica perversa do poder centralizado. Chomsky almeja sociedades onde vigore o melhor modelo para a natureza humana, potencialmente latente, através, por exemplo, da prática do poder descentralizado.⁹

Indicamos que nesse trabalho conceitual há uma estrutura a ser seguida pela análise política, essa estrutura vincula-se de modo especial à epistemologia da linguagem. As estruturas intrínsecas do espírito estão subjacentes ao desenvolvimento de estruturas cognitivas, da mesma forma, o ‘caráter da espécie’ regula o esquema de crescimento da consciência normal, da realização cultural e até mesmo da participação numa comunidade livre e justa. As tarefas de *prioridade radical* devem, então, enquadrar-se num modelo de sociedade almejada:

Por outro lado, resultados positivos deste esforço podem revelar que estas paixões e instintos talvez consigam por termo aquilo a que Marx chamou a ‘pré-história’ da sociedade humana. Ao deixarem de ser reprimidas e deformadas pelas estruturas sociais competitivas e autoritárias, essas paixões e instintos podem preparar uma nova civilização científica onde a ‘natureza animal’ é ultrapassada e uma natureza humana pode verdadeiramente florescer. (CHOMSKY, 2008b, p. 147).

As raízes desse projeto encontram-se atreladas à tentativa de estabelecer uma teoria da liberdade e as condições desta, através de uma concepção de ascendência anarquista. Podemos notar, assim, que grande parte do ativismo de Chomsky é a expressão de juízos conceituais

flexível, sem estruturas mentais inatas e sem necessidades intrínsecas de caráter cultural ou social, ele é um objeto adequado à ‘moldagem do comportamento’ pela autoridade do Estado, pelo dirigente da empresa, pelo tecnocrata ou pelo comitê central. Os que têm alguma confiança na espécie humana não de esperar que não seja assim e tentarão determinar as características humanas intrínsecas que proporcionam o arcabouço para o desenvolvimento intelectual, o crescimento da consciência moral, as realizações culturais e a participação numa comunidade livre.” (CHOMSKY, 2008b, p. 466).

⁹ Dessa maneira “A reconstrução radical da sociedade precisa procurar meios para liberar o impulso criativo e não para estabelecer novas formas de autoridade.” (CHOMSKY, 2008, p. 82). Cf. CHOMSKY, 2006, p. 64.)

calçados na reflexão sobre a linguagem, segundo a mediação da natureza humana. Aponta-se a tarefa fundamental (inacabada) de aprofundamento, investigação e se possível demonstração dessa teoria social. Apenas o futuro poderá dizer se tal tarefa coincidirá com a história viva.

Referências bibliográficas

BARSKY, Robert. **Noam Chomsky: A vida de um Dissidente**. Tradução: Rosalind Mobaid. 1. ed. São Paulo: Conrad, 2005.

BRACKEN, Harry M. **Berkeley**. London: MacMillan, 1974.

CHOMSKY, Noam e FOUCAULT, Michel. **Debate: on the human nature**. New York: New Press, 2006a.

_____. **Razões de Estado**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Record, 2008b.

_____. **Language and Politics**. 2. ed. Canada: AK Press, 2004a. 802 p.

_____. **Linguagem e Responsabilidade**. São Paulo: JSN, 2007a.

_____. **Notas sobre o Anarquismo**. Tradução: Felipe Corrêa et al. 1. ed. São Paulo: Imaginário, 2004b.

_____. **O Governo no futuro**. Tradução de Maira Parula. 1. ed. São Paulo: Editora Record, 2007b. 61 p.

_____. **O Poder Americano e os Novos Mandarins**. Tradução Clóvis Marques. 1. ed. São Paulo: Record, 2006b. 460 p.

_____. **Reflections on Language**. New York: Pantheon Books, 1975b. 269 p.

_____. **Reflexões sobre a Linguagem**. Tradução Isabel Gonçalves. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1975a. 283 p.

_____. **Problemas do conhecimento e da liberdade**. Tradução de Paulo G. Domenech Oneto. São Paulo: Record, 2008a, 172 p.

LIMA JR., Jayme Benvenuto. **Noam Chomsky e o poder da retórica global em face das intervenções humanitárias.** *Lua Nova* [online]. 2008, n.73, pp. 123-145. ISSN 0102-6445. doi: 10.1590/S0102-64452008000100006.

OTERO, Carlos P. **La revolución de Chomsky: Ciencia y Sociedad.** Madrid: Tecnos, 1984, 277 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **First and Second Discourses.** Org. R. D. Masters. New York: St.Martin's press, 1964.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas.** Porto Alegre: L&PM, 2007.

Artigo recebido em 31/07/2009
Aceito em 30/10/2009